

Bolsonaro tentou ou só planejou o golpe?

O caminho da condenação não parece óbvio

Joel Pinheiro da Fonseca

Economista, mestre em História pela USP

Jair Bolsonaro sempre foi golpista e tentou desacreditar as urnas. Graças à investigação da PF, agora sabemos que ele também participou ativamente do planejamento do golpe de "violência ou grave ameaça". Discutir a definição minuciosa de atos humanos é passatempo tanto de juristas quanto de filósofos como eu, então vamos lá.

A princípio, Bolsonaro não parece ter tentado dar o golpe. Tentar seria emitir o decreto combinado e colocar todo o esquema em andamento. O que ele fez parece se enquadrar perfeitamente como atos pre-

paratórios: reunia-se com diversas pessoas, trocava mensagens, sugeria edições à minuta, preparava discurso. Considerar uma reunião para combinar um golpe futuro como sendo parte da execução do golpe parece uma interpretação bem exagerada e feita sob medida para condenar o alvo.

Há duas linhas mais concretas para apontar uma tentativa real — indo além da mera preparação — por parte de Bolsonaro: o primeiro é a manobra de Alexandre de Moraes, com o intuito de prender a ele assim que o estado de sítio fosse declarado. Mas não

está claro o quanto Bolsonaro sequer sabia desse monitoramento. E, mesmo que aceitamos que o ato de monitorar Moraes fosse já parte da tentativa — e não da mera preparação — do golpe, dá para falar em uso da violência ou de grave ameaça? A grave ameaça depende da vítima saber que é ameaçada, de modo a mudar sua conduta por medo. A vítima aqui era mentida em segredo.

O segundo caminho de incriminar Bolsonaro é ligar essas tratativas golpistas ao 8 de janeiro, quando, aí sim, tivemos uma tentativa de golpe de vi-

olência. Muitos dos que participaram das tratativas iniciais também colaboraram com o 8 de janeiro.

Mas o que se planejava nas conversas golpistas de Bolsonaro e de seus comparsas — como as que se travaram entre Bruna Netto e diversos militares para garantir apoio ao golpe — não eram as invasões do dia 8. A ideia era que Bolsonaro declarasse estado de sítio. Os atos do dia 8 foram a reação desesperada e improvisada dos golpistas justamente por terem sido abandonados por seu chefe supremo, que fugira para Miami sem dar o golpe. E ninguém mostrou que Bolsonaro tenha colaborado diretamente com esse plano B.

O caminho da condenação não parece óbvio. Assim, vemos um passo para contemplar o tamanho do absurdo: não há dúvida de que o presidente da República acusou justamente o sistema eleitoral para insuflar apoio a um golpe de

Estado, tramou o golpe para permanecer no poder mesmo tendo perdido a eleição, negociou apoio junto a generais e ainda combinou a prisão ilegal de ministros da Suprema. A dúvida é se aí tem crime.

Que essa discussão toda seja sequer necessária mostra como a lei de crimes contra o Estado democrático de Direito é absurdamente mal formulada. Se se tratasse do planejamento de um ato terrorista, não haveria discussão. A lei antiterrorismo pune mesmo os atos preparatórios. Não punir o preparo de um golpe de Estado é deixar o país sujeito às maquinacões de extremistas e generais golpistas, que poderiam se dar ao luxo de tramutar tudo e esperar até a hora H para decidir se agem ou não. Não sei se Bolsonaro seria preso se a sua covardia se tornasse subvício; mas os próximos "Bolsonaros" não podem ter a mesma saída fácil. Que se mude a lei!

DOM. ELIO GASPARI, CELSO ROCHA DE BARROS | SGB. DEBORAH BIZIERA, CAMILLA ROCHA | TEX. JOEL PINHEIRO DA FONSECA | QUAD. ELIO GASPARI | QUI. CONRADO H. MENDES | SEX. MARCOS AUGUSTO GONÇALVES | SÁB. DENÉRIO MAGNOLI

Toffoli suspende julgamento que pode levar Collor à prisão

Ex-presidente foi condenado a 8 anos e 10 meses; ele nega as acusações

Marcelo Rocha

BRASÍLIA O ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), pediu vista (mais tempo para estudar o caso) e suspendeu o julgamento de um recurso do ex-presidente e ex-senador Fernando Collor contra a condenação imposta a ele pelo tribunal pela prática dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

A corte definiu pena de 8 anos e 12 meses de prisão em

regime inicialmente fechado, mas a aplicação da penalidade depende da análise da contestação apresentada por ele e outros réus. Collor sempre negou todas as acusações.

O julgamento do recurso foi iniciado na sexta-feira (9) no plenário virtual, com o voto do ministro Alexandre de Moraes, que rejeitou os argumentos do político.

O regime do Supremo prevê a devolução do processo para a continuidade da análise

se em até 90 dias.

“Os embargantes [Collor e demais réus] buscam, na verdade, rediscutir pontos já decididos pela Suprema Corte no julgamento desta ação penal, invocando fundamentos que, a pretexto de buscar sanar omissões, obscuridades ou contradições, revelam mero desconhecimento por parte do acusado da adoção da ação penal, derivada da Operação Lava Jato, o ex-se-

nador e ex-chefe do Executivo foi acusado de receber propina de um esquema de corrupção na BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras. Os empresários Luis Pereira Duarte de Amorim e Pedro Paulo Leoni Ramos também foram condenados.

Comprovações encontradas em poder do doleiro Alberto Youssef, além de depoimentos de delatores, foram usados pela PGR (Procuradoria-Geral da República) como

elementos de prova.

De acordo com a denúncia, provas mostraram que, de 2012 a 2014, Collor influenciava o comando e as direções da BR Distribuidora, o que levava à assinatura de contratos da estatal com a construtora UTC. Em troca, diz a acusação, o ex-presidente recebeu R\$ 20 milhões.

O ex-senador e os demais réus foram condenados a resarcir esse valor aos cofres públicos.

A denúncia contra Collor foi uma das primeiras oferecidas pela Procuradoria no âmbito da Lava Jato, em 2015, mas o julgamento só ocorreu em maio do ano passado, quando havia risco de prescrição.

Entre outros argumentos, comprovantes encontrados em poder do doleiro Alberto Youssef, além de depoimentos de delatores, foram usados pela PGR (Procuradoria-Geral da República) como

elementos constantes apenas em declarações de colaboradores.

Afirmou também que ateses defensivas que afastam a idoneidade dos elementos informativos oferecidos pela PGR foram desconsideradas nos votos condenatórios, além de haver suposto erro material na contagem dos votos dos ministros referentes à doimetria da pena.

A Procuradoria afirmou que, além das palavras dos colaboradores, diversos outros elementos materiais e testemunhais de provas foram colacionados e considerados para embasar os motivos fundantes da decisão condenatória.

“[O] voto preferido pelo ministro relator para o acórdão deduziu-se a catalogar e analisar os elementos de prova que convergiam para confirmar o conteúdo das declarações dos colaboradores.”

Modelo sem calcinha expôs Itamar a risco de golpe há 30 anos

ALALÃO

Angela Pinho

SÃO PAULO Seja em músicas, seja em fantasias é provável que nenhum presidente brasileiro tenha escapado de sátiras de folhéis. Mas só Itamar Franco (1993-2001) saiu de um Carnaval com um episódio que derubou ministro, levantou vozes pelo impeachment e motivou até articulação por golpe.

O caso, há 30 anos, envolveu o modelo Lilian Ramos, cuja foto constava do catálogo de agências de acompanhantes de São Paulo e que havia posado nua descrita como sósia da cantora Fátima de Belém.

Após desfilar na Viradouro, Lilian conseguiu entrar no camarote presidencial com a ajuda do amigo e então líder do PL Valdemar Costa Neto. O deputado depois se envolveu em episódios mais graves, sendo preso no mensalão e, na última quinta (8), por posse ilegal de arma. Mas, em 1994, foi Itamar quem sofreu as consequências.

O então presidente, aos 64 anos, e Lilian, 27, passaram três horas no camarote da Sapucaia, onde o modelo cochilou em seu ouvido e recebeu carícias. Tudo registrado por repórteres fotográficos, que notaram algo a mais. Já sem a fantasia da Viradouro, Lilian vestia um camisetão, uma meia calça transparente e... mais nada.

“Combinações de cada um registrar um rolo de filme, de 35 poses, e após isso, voltar o segurança presidencial”, narrou anos depois o fotógrafo de O Estado de S. Paulo Wilson Pedrosa. O ângulo mais fa-



A modelo Lilian Ramos e o presidente Itamar Franco no Carnaval de 1994. Marcelo Camargo/Rep/1994/Agência O Globo

“Ninguém avisou. E, se avisasse, o que eu ia fazer? Emprestar uma calcinha? Eu não tinha.”

Itamar Franco, então presidente do Brasil, um dia após ter sido flagrado ao lado de uma mulher que estava sem calcinha

meio foi clicado por Marcelo Camargo, pelo jornal O Globo. A imagem mostra Itamar e, ao seu lado, o modelo de biquê levantando, deixando à mostra o que a calcinha escondia. Sem a repercussão imediata na internet, o presidente teve 12 horas para aprofundar seu envolvimento na história.

Reportagem da Folha na dia seguinte narra que, na mesma madrugada, Itamar e Lilian seguiram juntos para o Hotel Glória, onde o presidente estava hospedado.

Diante da aglomeração de jornalistas, ele reclamou: “Vocês não percebem que eu preciso conversar com ela?”. Não deu certo, e a modelo foi para sua casa, onde recebeu a delegação de telefones que o presi-

te lhe faria ao longo do dia.

Ele desmarcou uma viagem a Juiz de Fora (MG) e combinaram um jantar, que acabou cancelado depois do Jornal Nacional. O programa mostrou Lilian ao telefone com o presidente, repetindo em voz alta frases dele — como uma em que se dizia apaixonado.

O caso ganhou o noticiário colado na palavra impeachment. O temor era que Itamar fosse afastado por falta de decoro menos de dois dias depois de Collor ter tido o mesmo destino, em meio a acusações de corrupção.

O líder da Fiesp, que havia apoiado Collor, disse que o caso “justificava afastamento”.

Então, canalê-arebipe de São Paulo, dom Paulo Evaris-

to Arns disse que a cena era chocante. “Não sei, porém se é muito justo o presidente pagar por todos aqueles que exageraram no Carnaval”.

Entre os que defenderam o ministro estava Lula (PT), que o havia enfrentado na eleição anterior. “Acho que nenhum brasileiro é contra o Itamar namorar”, disse o petista, que no terceiro mandato brincaria com a promessa de um Ministério do Namoro.

Outro que botou panos quentes na crise da falta de calcinha foi Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda. A história foi revelada no livro “A História Real — Trama de uma Sucessão” de Collor e Carlos Araújo, com autoria de Gilberto Di-

menstein e Jossias de Souza. Posteriormente, o relato foi ampliado na publicação dos diários de FHC.

O tucano contou que, à época, foi procurado pelo general Romildo Canhim, então ministro da Secretaria de Administração Federal. Canhim lhe disse que o episódio tinha pegado mal na caserna e que chefes militares queriam saber se, em caso de deposição de Itamar, FHC aceitaria continuar como ministro da Fazenda.

Ainda segundo seu relato, FHC teria recusado e sugerido a demissão do então ministro da Justiça, Maurício Corrêa, que se mostrou embriagado no camarote. Corrêa saiu dois meses depois, a pretexto de disputar eleição, e acabou indicado ao STF.

Lilian teve a vida escrutinada, posou para a revista Playboy argentina e se mudou para a Itália, onde participou de programas televisivos e se disse próxima de personalidades como o premiê Silvio Berlusconi.

Anos depois, Lilian afirmou ter ficado deprimida com a repercussão do episódio do Carnaval. Hoje, aos 59 anos, demonstra alegria. Posta com assiduidade fotos e vídeos em rede social, dançando com amigos, na praia. A reportagem tentou contato com ela, mas não teve retorno.

Segundo o noticiário da época, Itamar ficou ressentido com a cobertura. Declarou a jornalistas, no dia seguinte, que não sabia que a modelo estava sem calcinha.

“Ninguém avisou. E, se avisasse, o que eu ia fazer? Emprestar uma calcinha? Eu não tinha.”